

Rebelião de governistas ameaça repetir-se e preocupa Planalto

Aconteceu pela segunda vez: os partidos governistas derrubaram a Medida Provisória 289, que redefinia o imposto territorial rural, enquanto parte da Oposição votava a favor. Ficaram lado a lado os líderes governistas Ricardo Fiúza e o petista José Genoino, o pelefista Luiz Eduardo Magalhães e o comunista de linha albanesa Haroldo Lima. Na verdade, desde o início das negociações ficara claro que a Oposição mais radical votaria contra a ITR, mas que os principais adversários da medida eram justamente os governistas. A possibilidade de novas rebeliões do gênero, por ser pouco orgânica a maioria governista, preocupa agora os líderes de Collor no Congresso.

"Não podemos permitir que um grupo de burocratas decidam coisas que cabe ao parlamento decidir. Isto é inconstitucional", protestava o deputado Alysson Paulinelli (PFL-MG), representante do setor rural do Congresso e ex-ministro da Agricultura (governo Geisel). Dos partidos

de esquerda, apenas o PT e o PC do B eram totalmente contrários à medida provisória. O PDT, o PCB e o PSDB tinham restrições ao texto, principalmente em relação ao limite mínimo de insenção do ITR e às alíquotas estabelecidas para a cobrança do imposto, mas aceitavam votar com o governo no que se fizessem algumas emendas.

E foi o que aconteceu: o PFL e o PTB, partidos que fazem parte da base de sustentação do Governo, votaram pela derrubada da medida provisória, enquanto o PMDB, o PSD, o PDT e o PCB, todos de oposição, votaram a favor do Imposto Territorial Rural, embora deixando claro que queriam votar em separado vários pontos, em uma tentativa de emendá-los. "Ficou claro, mais uma vez, que eram eles, o PFL, que não queriam taxar as propriedades rurais", disse o líder do PSDB, Euclides Scalco. "O Governo é um prisioneiro de sua base parlamentar. Quando tenta avançar, seus próprios parlamentares, de direita, não permitem", constatava o pedetista Cesar Maia ao final da sessão.

DESCONTRÔLE

"Eu votei contra a Medida Provisória e dei um voto progressista, porque não sou proprietário rural, não tenho fazenda nenhuma", dizia o líder do PTB, Gastone Righi. Seu argumento era o de que cobrar o Imposto Territorial Rural com base no Estatuto da Terra era mais justo, porque as alíquotas eram maiores para as propriedades improdutivas. "Nós tivemos que votar contra para não permitir que o Governo adotasse uma medida que, como estava em seu original, era inconstitucional", justificava-se o líder do PFL, Ricardo Fiúza.

Outra coisa que ficou clara é o pouco controle que o líder do PMDB, Ibsen Pinheiro, exerce sobre sua bancada. Se o PMDB votasse em peso com a orientação de seu líder, a Medida Provisória seria aprovada, e os destaques seriam votados depois, para que fossem feitas emendas.